



CATARSE, CRÍTICA E RESISTÊNCIA: A MEMÓRIA NAS E PARA AS MINORIAS POLÍTICO-CULTURAIS – REFLEXÕES DESDE O PENSAMENTO INDÍGENA BRASILEIRO

Catharsis, criticism and resistance: memory in and for political-cultural minorities: some thoughts from Brazilian Indigenous thinking

Fernando Danner

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, RO, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4953604331184258> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2461-4819>

E-mail: fernando.danner@gmail.com

Leno Francisco Danner

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, RO, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1932068015929218> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2332-3182>

E-mail: leno_danner@yahoo.com.br

Trabalho enviado em 14 de julho de 2023 e aceito em 01 de dezembro de 2023



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.03, 2023, p. 1946 - 1979

Talden Queiroz Farias e Beatriz Crêspo Casado

DOI: 10.12957/rqi.2023. 77734

RESUMO

Argumentamos que a luta em torno à memória, ao passado e à história da modernização-colonização, do eurocentrismo-colonialismo se constitui no grande núcleo teórico-político que perpassa as relações e as práticas sociais entre os diversos grupos contrapostos, diferenciados e também aproximados por raça, gênero e sexo. A modernização-colonização produziu de modo naturalizado e, portanto, despolitizado um conceito de raça (e de gênero e de sexo) que vai da biologia para a cultura e, ao fazer isso, apagou e silenciou sobre a relacionalidade, a reciprocidade e a mutualidade no que tange a eles. Ora, a emergência das minorias político-culturais na esfera pública e como sujeitos militantes e engajados em torno à sua causa e à sua condição permitem a desnaturalização e a politização da nossa sociedade, uma vez que levam à pluralização dos sujeitos, das histórias, das experiências, das práticas e dos valores próprios à colonização e à sua consequência, nossa modernização conservadora. Por meio de sua voz-*práxis* carnal, vinculada e politizante, essas mesmas minorias político-culturais instauram uma perspectiva epistemológico-política contra hegemônica no que tange à disputa pela memória, pelo passado e pela história, perspectiva essa que se torna fundamental para a crítica, a reflexividade e a transformação amplas de nosso presente.

Palavras-Chave: Minorias Político-Culturais; Pensamento Indígena; Memória; Crítica; Resistência.

ABSTRACT

We argue that the struggle on memory, past, and history of modernization-colonialism, of eurocentrismo-colonialism constitutes the main theoretical-political core which pervades the social relations and practices among the several groups opposed, differentiated and even close by race, gender and sexuality. Modernization-colonialism produced in a naturalized – and, therefore, depoliticized – way a concept of race (and gender and sexuality) which starts from biology and comes to culture, and, by doing that, erased and silenced about the relationality, reciprocity and mutuality regarding them. Now, the emergence of political-cultural minorities in the public sphere and as activist and engaged subjects around their cause and condition allows the denaturalization and politicization of our society, since they lead to the pluralization of subjects, histories, experiences, practices and values of colonization and its consequence, our conservative modernization. By means of their carnal, linked and politicizing voice-*praxis*, these same political-cultural minorities institute an epistemological-political counter-hegemonic perspective about the dispute regarding memory, past and history, such a perspective that becomes fundamental to full criticism, reflexivity and transformation of our present.

Key Words: Political-Cultural Minorities; Indigenous Thinking; Memory; Criticism; Resistance.

Acontece que eu me descobri. E que muitos olhos curiosos já me olhavam há muito tempo, isso eu descobri também. Agora estou eu cá e, quanto mais me demoro, mais a floresta é encolhida. Tudo vai rápido; meu tempo e eu flutuamos no quase vazio, morno, antes do fim. Eu vim do meio da floresta clamar por meu povo, antes do fim. Eu vim do meio da floresta clamar por meu povo e por mim, que estou como você. Estamos no turbilhão desse tempo que deixa todo mundo sem casa (ESBELL, 2018, p. 113).

Até agora fico dourando-me ao sol nesse rio da minha lembrança. Pelas aldeias do litoral, ouvia histórias de séculos, ouvia tristes cantigas guarani, rememorando descaminhos. Um labirinto de saudades que os caciques contavam. Da terra sem males. Presa em migalhas nas bocas guaranis, guardada na memória dos anciãos. Largados ao sol. Pintando o passado no silêncio (WERÁ JECUPÉ, 2002, p. 36).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, utilizamos a visibilização, o enraizamento e o ativismo públicos das minorias político-culturais, a partir de seu lugar de fala, que é ao mesmo tempo uma *voz-práxis* política e politizante, carnal e vinculada, como crítica da modernidade-colonialismo, do eurocentrismo-colonialismo, que tem exatamente na produção político-normativa de menoridade e de negatividade seu núcleo constitutivo, estruturante e dinamizador básico. Nosso argumento central consiste em que, ao superarem a invisibilização, o silenciamento e o privatismo ao qual foram empurradas em termos de modernização-colonização, as minorias político-culturais permitem a desnaturalização e, assim, a politização da colonização como violência simbólico-material direta e a crítica intensificada de nossa modernização conservadora enquanto tendo, como eixo condutor e determinante básico, a reprodução dessas mesmas minorias político-culturais a partir da racialização da cultura e das diferenças (e, com isso, a despolitização do contato, da colonização, da modernização conservadora). A racialização das alteridades produz, reproduz e justifica a branquitude, a negritude e a indianidade, entre outras raças, como originárias do contato dos seres humanos com o meio ambiente e como uma condição morfológica, fisiológica, genética que é anterior à cultura, à política, à socialização, mas que também legitima a maturidade e o nível de evolução de cada sociedade-cultura-epistemologia correlata, originando-se uma escala estratificada das e entre as raças que tem no topo, obviamente, a raça branca europeia e, lá nos estágios mais baixos, menos desenvolvidos, os negros africanos e os indígenas americanos, entre outras raças menores. Nesse aspecto, a colonização não apenas é despolitizada, como também tem invertida sua lógica fundante e dinamizadora: de invasão, usurpação, roubo e assassinato, torna-se construção de um novo mundo, tarefa civilizacional, vocação humanista, prática missionária e messiânica de branqueamento das raças inferiores, dos negros e dos indígenas. A racialização das alteridades permite, por

consequente, excluir a relacionalidade e a mutualidade como condições e princípios fundantes da produção de menoridade e de negatividade, ou seja, separa o negro e o indígena em relação ao branco, deslegitimando exatamente a colonização que, enquanto relacionalidade-mutualidade entre alteridades, produz as minorias político-culturais por meio de violência simbólico-material direta. Enquanto determinadas biologicamente, as raças são anteriores ao contato, ao eurocentrismo-colonialismo, à modernização-colonização e, portanto, não foram produzidas por ela, que, ao contrário, tem essa função civilizacional e humanista de que falamos acima.

A voz-práxis das minorias político-culturais, portanto, uma vez visibilizada, desvelada e publicizada, permite (a) a religação de modernidade e colonialismo, eurocentrismo e colonialidade, bem como (b) a crítica, a reflexividade e o enquadramento do contato, da colonização e, como seu continuum, da nossa modernização conservadora, uma vez que aponta exatamente para essa relacionalidade-mutualidade entre alteridades como o substrato produtor do branco, do negro e do indígena, do branco como negro-indígena, do branco, utilizando-se do racismo biológico, como o criador da branquidão, da negritude, da indianidade, do amarelado, do azeitonado etc., enquanto escalas antropológico-normativo-culturais organizadas a partir de critérios de maturidade epistemológica, política e cultural que são definidos pela branquidão como ideal civilizacional, modelo epistemológico e caminho final da evolução racial do gênero humano como um todo. O contato, a colonização e nossa modernização conservadora sustentaram-se normativamente e assumiram epistemológica e politicamente esse conceito racial, biológico da alteridade, da cultura e da socialização exatamente para, em um movimento correlato, *produzirem as minorias político-culturais como menoridade e negatividade* e *assumirem-se* como tarefa civilizacional e humanista de embranquecimento das raças inferiores, em termos de sua orientação e de sua condução da barbárie, da selvageria e da perdição para a cultura, o progresso, o desenvolvimento e a moralidade. Com isso, a colonização, que já não é mais invasão, usurpação, roubo e assassinato, negação direta das alteridades negras e indígenas, pode enquadrar sem qualquer pecado as diferenças antropológicas e assumir-se como tutora delas; e o colonizador, de ladrão e assassino, pode assumir-se como o guia, o juiz e o intérprete dos sujeitos-grupos menores, tornando-se seu mentor fundamental. Nesse sentido, a modernização-colonização necessita produzir menoridade e negatividade, necessita construir, justificar e reproduzir as minorias político-culturais como base para a sua naturalização e a sua despolitização, como mote e caminho para a conquista planejada e o etnocídio permanente subvertidos em desbravamento, progresso, desenvolvimento e civilização, ontem e hoje.

Com isso, chegamos ao aspecto mais pungente da modernização-colonização, que é a monopolização e a estilização da memória, do passado e da história do contato, da colonização e de nossa modernização conservadora pelo colonizador, pelo branco cristão, empreendedor e heterossexual, com os consequentes invisibilização, silenciamento e apagamento dessas mesmas minorias político-culturais em termos da esfera pública, em termos de visibilidade, de voz audível. Com efeito, conforme pensamos e argumentaremos ao longo do texto, a grande consequência do contato, da colonização e de nossa modernização conservadora, inclusive da relação de mutualidade e de dependência entre modernização e/ou colonialismo, consiste na correlação de racialização das alteridades e das sociedades-culturas e de monopolização dessa memória, desse passado e dessa história da modernização-colonização por parte do colonizador branco, que a estiliza e a formula a partir de um duplo pressuposto. O primeiro deles, de cunho propriamente racial, em que cada raça, embora fazendo parte do grande tronco evolutivo humano, constituindo-se, portanto, como gênero humano, se desenvolve e evolui a partir de sua interação com o ambiente natural e se define em termos morfológicos, fisiológicos e genéticos – raça é um conceito apolítico, despolitizado, anterior ao contato, não influenciado e nem gerado pela modernização-colonização. A consequência da racialização das alteridades e das sociedades-culturas consiste exatamente na formulação de uma escala zoológica que vai de grupos-sujeitos selvagens ou semisselvagens à civilização, do negro africano e do indígena americano ao branco europeu, aqueles como início pouco desenvolvido de humanidade-cultura-civilização, este último como o ápice dela e, por consequência, seu resultado final, seu intérprete e guia universais. O segundo, como consequência, consiste na definição, por parte do colonizador branco, de parâmetros epistemológico-normativos calcados na e definidos pela metrificação do grau de maturidade civilizacional e cultural próprios a cada sociedade, tendo-se, mais uma vez, o modelo de sociedade europeia – liberdade individual, liberalismo político – enquanto base paradigmática, estágio final e caminho evolutivo último a partir da qual todas as demais sociedades-culturas seriam avaliadas, estratificadas-escalonadas e, assim, geridas e orientadas da selvageria para a civilização, da animalidade para a cultura, do atraso para o progresso, da ignorância para o desenvolvimento, do tradicionalismo para a modernidade. Note-se, portanto, aqui, que o colonizador branco assume para si a interpretação, a compreensão e a definição do passado, da memória e da história da evolução humana e, aqui, do contato com esse menor, com esse negativo que é o negro e o indígena que, produzido como essa menoridade e essa negatividade, justifica o caráter civilizador e humanista do contato, despolitizando sua violência original e, com isso, a própria produção da brancura, da negritude e da indianidade como resultantes da colonização, *como colonização*.

Nesse sentido, o segundo argumento central desse capítulo consiste em que a visibilidade, o enraizamento e o ativismo públicos, políticos e culturais das e pelas minorias político-culturais produzidas em termos de modernização-colonização possibilita uma disputa contra hegemônica pela memória em que os próprios grupos-sujeitos marginalizados podem, a partir de suas experiências diretas de marginalização, de exclusão e de violência, pluralizar as histórias, as experiências, os relatos, as práticas e os valores ligados ao contato, à colonização, à modernização conservadora. As minorias político-culturais foram produzidas e reproduzidas em termos de modernização-colonização, como modernização-colonização, o que significa que elas podem desvelar, explicitar e reflexivizar suas contradições, suas fraturas e toda a violência simbólico-material que as constituíram e dinamizaram. Nesse sentido, nosso argumento central consiste em que é fundamental, às minorias político-culturais, a retomada, a reconstrução e a reafirmação de sua memória, de sua história e de seu passado relativamente à sua condição como menoridade e negatividade. As minorias simplesmente não poderão abandonar sua condição produzida política e normativamente como párias, como chagas, como estimas, como anormalidade e condição antinatural, senão que, a partir disso e por meio disso, podem emancipar-se e, como consequência, emancipar a sociedade envolvente, que produziu e que reproduz marginalização, exclusão e violência no mesmo passo em que produz menoridade e negatividade a grupos-sujeitos específicos como forma de auto justificação da opressão, de sua naturalização e despolitização. Em última instância, a disputa permanente e contra hegemônica da memória, do passado e da história é o grande eixo constitutivo, dinamizador e definidor da democracia, e isso significa: a luta permanente, sob a forma de descolonização da cultura e de descatequização da mente, contra o colonialismo racista, branco, senhorial e heterossexual, situação que *somente pode ser realizada efetivamente pelas minorias político-culturais*. Esta é a verdadeira importância de sua voz-práxis direta, testemunhal, mnemônica e experiencial: elas são a colonização, elas viveram no corpo, na mente e na cultura a violência colonial – por isso também trazem, fazem, detonam a descolonização. Sua emancipação e a nossa dependem dessas memórias, histórias e experiências silenciadas, invisibilizadas, suprimidas do público, escondidas nos armários, no mato, na cozinha e/ou na senzala; a democracia depende fundamentalmente das minorias político-culturais.

MINORIAS POLÍTICO-CULTURAIS E A MEMÓRIA DA COLONIZAÇÃO

É impossível pensar-se sobre e acessar-se as experiências vitais das minorias político-culturais sem concomitantemente dar-se conta dos três núcleos normativos básicos (e de sua dependência e correlação) a partir dos quais essas mesmas minorias político-culturais foram efetivamente construídas como negatividade, como anormalidade, como condição antinatural, como animalidade, a saber, o racismo biológico, o fundamentalismo religioso e o colonialismo-eurocentrismo. De fato, no aparecimento público delas, em sua visibilização como diferenças e, com isso, na enunciação de sua *voz-práxis*, desde sua singularidade antropológica e de suas experiências de marginalização, de exclusão e de violência sofridas e vividas, nós vemos, sentimos e aprendemos sobre as consequências brutais da colonização e, de um modo mais geral, do processo de evolução de nossa sociedade, nos quais a produção de minorias e, assim, a utilização do racismo, do fundamentalismo e do eurocentrismo foram seus núcleos estruturantes, dinamizadoras e legitimadores, constituindo-se nos seus alicerces fundamentais. Portanto, minorias têm uma profunda ligação com a colonização, aquelas sendo produzidas por esta em termos de racismo, fundamentalismo e eurocentrismo, o que também significa que, no contexto de nossa modernização conservadora, seu aparecimento, seu enraizamento e seu ativismo públicos permitem a desnaturalização e, com isso, a politização das contradições próprias a uma visão de nação de cunho familiar, verticalizado, autoritário e altamente amalgamado e homogeneizado, com identidade plena e fundida, sem contradições internas, a grande família Brasil. Ora, nesse processo de desnaturalização e de politização de nossa sociedade, a partir da pluralização dos sujeitos políticos, das histórias, das experiências, das práticas e dos valores viabilizados pelas minorias político-culturais, a memória do que viveram como párias do processo civilizacional, do que os colonizadores fizeram com elas, assume um papel epistemológico-normativo basilar, inultrapassável, altamente político e politizante para as minorias político-culturais em primeiro lugar, para nossa sociedade democrática de um modo mais geral.

Com efeito, o primeiro ponto central para compreendermos a condição e o sentido das minorias político-culturais consiste exatamente no fato de que elas são produzidas política e culturalmente a partir da afirmação do racismo biológico, do fundamentalismo religioso e do colonialismo-eurocentrismo. É por causa da colonização e em termos de evolução do processo de modernização ocidental (do qual o colonialismo é uma das condições e das consequências mais básicas) que efetivamente temos a gradativa “biologização” dos diferentes grupos étnicos “descobertos” por essa mesma colonização-modernização e, com isso, não apenas a despolitização do processo de produção das minorias, uma vez que tais diferenças seriam dadas pela natureza, pela sua mor-

fologia ou hereditariedade (para usar termos de Darwin, que acreditava na diferenciação racial e em sua base fisiológico-genética), tendo um caráter pré-político, pré-cultural e pré-social, mas também a justificação do domínio político, do lugar social e da atividade econômica correlatos à cor da pele, às tradições culturais e às formas de vida *próprias a cada grupo humano* – uma biologização dos diferentes grupos étnico-antropológicos não raro acompanhada pela utilização da religião como fecho de abóboda da construção de um modelo de evolução humana unilinear, unidirecional e progressiva em que cada raça (e mesmo gênero e sexualidade) seria integrada em uma grande cadeia zoológico-antropológica estratificada, do inferior ao superior, do selvagem ao civilizado, do tradicionalismo à modernidade, da minoridade para a maioria, do negro africano e do indígena americano ao branco europeu (cf.: DARWIN, 1974; FANON, 1968; MEMMI, 1997; QUIJANO, 1992; QUIJANO, 2005). A colonização-modernização teve, como sua justificativa político-normativa e como sua desculpa catártica, a naturalização das desigualdades e, com isso, essa biologização da raça, do gênero e da sexualidade.

Qual a consequência dessa biologização – dourada com a pílula do fundamentalismo religioso e do etnocentrismo cultural brancos – para a colonização? Como dissemos acima, ela despolitiza a colonização, invertendo a lógica da invasão, do roubo, do estupro e do assassinato que são o verdadeiro significado e que representam a consequência mais pungente de nossa colonização. De assassino e ladrão, o colonizador torna-se um desbravador que leva o progresso lá onde só há matos e bicho; de um aríete da violência étnico-econômico-religiosa, ele se torna em um missionário humanista e civilizador; e, em tudo isso, a colonização, de um processo planejado de invasão, de exploração, de rapina e de assassinato, se transforma exatamente em implementação de um grande projeto civilizacional em que uma terra virgem e um povo informe, ambos como um papel em branco, são transplantados, pela mão sensível e caridosa do colonizador, às alturas do paraíso terreno, em um movimento que, tal como internamente à Europa, supera de modo gradativo a minoridade como tradicionalismo bruto e alcança de modo efetivo a maioria como modernidade – o contexto e o grupo-indivíduo menores que, enquanto um papel em branco, são preenchidos com a melhor poesia pelos colonizadores, uma obra-prima escrita ab initio, criada desde o ponto zero e, por isso, tornando ainda mais valioso e *inultrapassável* o trabalho da colonização (cf.: DUSSEL, 1993; MIGNOLO, 2017). Note-se, por conseguinte, que a biologização dos diferentes grupos humanos “descobertos” pela colonização justifica a despolitização e, assim, a humanização de um processo que não é nada mais que roubo, estupro, usurpação e assassinato; e permite ao colonizador dormir tranquilo e matar à vontade aos indomáveis, uma vez que está lidando basicamente com semi-humanos, com selvagens (que, ainda por cima, são um estágio passado, já superado, da civilização). A naturalização ou biologização ou despolitização da coloniza-

ção é tanto a justificativa normativa quanto a catarse coletivo-individual que não deixa a Europa ou os colonizadores perderem o sono dos justos, daqueles que, ao custo pessoal da própria vida (veja-se que o custo da vida dos outros não aparece, não importa), podem deitar a cabeça do travesseiro, cientes de que a violência é educação civilizadora e de que seu papel como algozes nada mais é que o de profundos humanistas preocupados com a salvação das almas, a implantação da civilização e a condução ao universalismo daqueles que ainda vivem no mato como bichos que se comem uns aos outros.

É nesse sentido que se dá a produção de minorias político-culturais em termos de colonização-modernização, pela colonização-modernização. Se trata de diferenciar e ao mesmo de estratificar em um processo homogêneo, progressivo e qualitativamente maturado os diferentes grupos humanos “descobertos” pela civilização colonizadora a partir de um movimento constitutivo-evolutivo em que essa mesma condição antropológica, cultural e epistemológica própria ao, assumida pelo colonizador coloca-se como o ápice, como o apogeu da evolução humana, transformando-o na e legitimando-o como cabeça explicitadora do processo de evolução humana como um todo e condutora dos contextos sub-humanos e dos grupos-irmãos menores rumo ao universalismo. Note-se, aqui, que a ideia de uma evolução linear, unidirecional e progressiva das raças, como um continuum antropológico, permite a construção de uma ligação umbilical entre essas raças como fazendo parte do grande gênero humano de um modo geral e, ao mesmo tempo, possibilita sua diferenciação radical a partir da constituição de uma escala evolutiva que vai do menos desenvolvido ao mais desenvolvido, da selvageria à civilização, do tradicional ao moderno, do menor ao maior – quer dizer, as várias raças humanas pertencem todas ao grande gênero humano, mas se diferenciam ao longo da evolução em termos qualitativos (muitas delas simplesmente extinguindo-se por não conseguirem adaptar-se às transformações), estratificando-se conforme o grau de maturação e de desenvolvimento adquiridos. Ora, a reconstrução tanto dessa condição antropológica de fundo, que perpassa a constituição das raças humanas, de todas e de cada uma delas, quanto desse estágio evolutivo linear e progressivo é feita exatamente por aquele contexto-sujeito que efetivamente é a consequência última, o estágio como que final da própria evolução humana, a saber, a cultura europeia e o homem branco europeu. Como ápice constitutivo-evolutivo do gênero humano como um todo – um gênero humano unido e determinado biologicamente (Darwin), e com uma teodiceia interna à história do mundo (Hegel) em termos de progresso civilizacional –, o europeu pode olhar para trás e reconstruir os passos evolutivos, as etapas antropológicas, a estratificação racial e os caminhos civilizacionais que *fizeram* parte do grande núcleo e do unilinear caminho evolutivo próprios ao gênero humano como um todo, dos quais a Europa e europeu são o estágio e o sujeito *atuais* (enquanto negros africanos e indígenas americanos seriam

o *passado* desse estágio-sujeito atual, interpretado, definido e representado por esse estágio-sujeito atual, que se assume como sua consequência final e seu herdeiro último).

É por isso que Hegel pode definir, em seu livro *A razão na história*, que “a liberdade em si é seu próprio objetivo e o propósito único do espírito. Ela é a finalidade última para a qual *toda a história do mundo* sempre se voltou” (HEGEL, 2004, p. 65; os grifos são nossos). Veja-se, aqui, a ideia de que toda a história do mundo – nos seus diferentes povos, nas suas múltiplas sociedades-culturas, em cada um de seus momentos e por todos os seus sujeitos – tem uma razão e um movimento internos básicos, unívocos e lineares, progressivamente estruturados: desenvolvimento permanente da e na consciência de liberdade. De todo modo, aqui, também é verdade que a consciência da liberdade começa de modo frágil no Oriente, matura-se pouco a pouco na Grécia e em Roma e alcança toda a sua efetividade e pujança na Europa ocidental, em que socialização e subjetivação, mediadas racionalmente, colocam-se, para os filósofos e teóricos sociais europeus, como pólos equilibrados em termos de vida cultural. Nem uma palavra sobre a América e a África (esta última, como a antítese da Europa, foi o grande objeto de investigação dos naturalistas europeus do século XIX, incluindo-se Darwin). No caso da filosofia europeia, desse modo, uma evolução humana homogênea, unilinear e progressiva – a história de todo o gênero humano, a história do mundo – constitui-se a partir da estratificação das sociedades-culturas segundo um critério normativo-epistemológico calcado na autoconsciência, permitindo-se, portanto, escalonar conforme graus de maturidade cultural e de desenvolvimento social esses diferentes grupos humanos. No caso de Darwin, enquanto continuidade desse tipo de abordagem totalizante da evolução humana que integra todo o gênero humano e escalona as diferentes raças humanas de acordo com graus de desenvolvimento intelectual e civilizacional, é exatamente a raça, de caráter biológico e determinada em termos de seleção sexual e seleção natural, que se constitui na categoria antropológica, cultural e epistemológica fundamental para o enquadramento dos diferentes grupos humanos. Para Darwin, tal diferenciação racial se dá no âmbito fisiológico-genético, e não no âmbito político-cultural, no âmbito da colonização (raça se consolida como categoria epistemológico-normativa diferenciadora dos grupos humanos e justificadora da estratificação social, política e econômica no contexto da colonização europeia nas Américas e, logo depois, na África), levando, como em Darwin, à construção de uma escala evolutiva ela também de caráter unilinear, unidirecional e progressiva das e entre as raças, a raça branca europeia constituindo-se no ápice daquilo que os indígenas americanos e os negros africanos seriam o princípio. É por isso que, no seu livro *A origem do homem e a seleção sexual*, Darwin objetiva entender a condição da raça branca europeia a partir do estudo de seus antepassados semisselvagens e semicivilizados, ou seja, os negros

africanos e os indígenas americanos (cf.: DARWIN, 1974, p. 660). E, nesse sentido, ele pode dizer:

A conclusão principal a que se chegou nesta obra, isto é, a de que o homem descendeu de uma forma menos organizada, nem sequer gosto de pensar, desagradará bastante a muitos. Mas dificilmente podemos duvidar que não tenhamos descendido de bárbaros. Jamais esquecerei o espanto que tive quando pela primeira vez vi uma reunião de fueguinos em uma praia selvagem e impérvia, diante da ideia que logo me veio à mente – *assim eram nossos antepassados*. Esses homens estavam completamente pintados e tinham o *corpo pelado*, com os longos cabelos emaranhados, as *bocas espumavam de excitação* e tinham uma *expressão selvagem*, apavorada e cheia de suspeita. *Malmente tinham alguma arte e viviam como animais selvagens* daquilo que conseguiam capturar e *eram impiedosos* com o que não fosse da sua tribo (DARWIN, 1974, p. 711-712; os grifos são nossos).

Negros africanos e indígenas americanos *eram* nossos antepassados, eles fazem parte de um momento evolutivo e de uma condição antropológica superada pela raça branca europeia, sendo inferiores intelectual e culturalmente; eles são do passado, eles são *o passado*. Esse ponto é muito importante e, como estamos argumentando ao longo do texto, define o modo como o processo de colonização das Américas e da África – e também da Ásia, em poderosa medida – processou-se sob o signo da invasão e do domínio europeu, ficando como legado imorredouro tanto ao processo de modernização ocidental quanto, lá no século XIX e ao longo de todo o século XX, dos processos de descolonização assumidos pelas sociedades criadas pela colonização e vivendo ainda sob o jugo da dependência para com a Europa, a saber, a *diferenciação e a estratificação raciais das populações humanas colonizadas*. A racialização das sociedades *descolonizadas* como seu eixo evolutivo-constitutivo básico, mas também como a raiz de seus grandes e graves problemas em termos de autoritarismo institucional, desigualdade e violência sociais, preconceito cultural e subdesenvolvimento econômico. Embora descendendo de um ancestral comum, a gradativa diferenciação racial, possibilitada pela seleção sexual e pela seleção natural, leva ao consequente escalonamento das diferentes raças humanas segundo critérios de desenvolvimento intelectual, cultural e civilizacional que permitem situar a raça branca europeia (note-se, aliás, a associação entre cultura e biologia, isto é, a Europa e/como a raça branca, a África e/como a raça negra, a América e/como a raça vermelha, os orientais e/como a raça amarela, a Oceania e/como a raça olivácea etc.) no ápice de um processo evolutivo do qual os demais povos são estágios iniciais, superados, do passado (cf.: QUIJANO, 1992; QUIJANO, 2005). Portanto, na colonização, o colonizador, ao construir o conceito de raça, de cunho biológico, que leva à aglutinação de todas as raças dentro de um processo comum de evolução humana, mas diferenciando-as como estágios estratificados do inferior ao superior (biologicamente), e mesmo ao estabelecer uma teodiceia histórica em que a evolução do gênero humano como um todo vai da inexistência de cultura, de

civilização e de liberdade para a constituição gradativa de estágios cada vez mais maturados delas, chegando-se à Europa como estágio pleno dessa evolução normativa do gênero humano e ao homem branco como o estágio atual da evolução racial da qual o negro e o indígena são o estágio passado, esse mesmo colonizador, como dizíamos, tem condições – e legitimidade –, assume que tem condições e legitimidade para estilizar a história e a memória do gênero humano, tornando-se seu fiel depositário e sua autoridade validadora. É por isso que se fala em uma história universal escalonada em graus evolutivos do qual a Europa e depois o Primeiro Mundo colocam-se como estágios últimos de toda essa evolução humana plural, na maior parte das vezes apagando-se o colonialismo como parte constitutiva e consequência da modernidade ocidental. O colonizador é o presente e o sujeito do presente, que olha de modo sistemático ao passado e vê lá indígenas e negros, raças inferiores, e, como consequência, também olha para o futuro, constituindo-se no bonde que carrega toda a história humana e que a conduz ao futuro – por isso, inclusive, sua função missionária e messiânica relativamente ao colonizado.

Por outras palavras, a memória, o passado e a história são fundamentais à colonização, à modernização. É preciso, para dar razão à modernização-colonização, poder-se reconstruir a ideia de um gênero humano como um todo, a ideia de uma história do mundo que aglutina todos os povos ou todas as raças dentro de um movimento linear e progressivo comum de desenvolvimento, e de um desenvolvimento linear e progressivo comum que se constitui como e em termos de estágios integrados e estratificados a partir de critérios qualitativos (aqueles do próprio colonizador), seja de caráter racial, morfológico-genético (como quer Darwin e o darwinismo social por ele claramente influenciado), seja de caráter cultural e epistemológico (como quer Hegel e a teoria social contemporânea, mormente Max Weber e Jürgen Habermas), seja sob a forma de construção estilizada e caricata de uma grande história nacional, como é o caso da sociedade brasileira, de um povo fundido e completamente miscigenado em termos das três raças constitutivas, de modo que nos tornamos tudo de todos, apagando-se as diferenciações e as contradições internas entre colonizadores e colonizados. A ideia de uma história e de uma sociedade nacionais totalmente amalgamadas e fundidas, fundamentalmente homogêneas e de identidade plena, sem contradições e conflitos internos, como se fôssemos uma grande família patriarcal e heterossexual, de autoridade verticalizada e hierarquicamente estruturada, essa é a grande memória do colonizador, essa é a sua apropriação da memória, possibilitando-lhe estilizar um passado de não-violência, de encontro cordial e de reciprocidade cultural e, com isso, permitindo-lhe duas coisas muito poderosas à nossa modernização conservadora: primeira, despolitizar a colonização e dar-lhe esse sentido civilizador e humanizador de que falamos acima – o etnocídio indígena e a colonização negra foram acidentes de percurso, não-intencionais, e já foram superados pela nossa República democrática

tupiniquim (esse termo utilizado pelo colonizador para definir nossa especificidade, isto é, a naturalização e a despolitização da racialização da sociedade-cultura), em que as três raças se fundem voluntariamente e, com isso, se apagam, se amalgamam de modo férreo e indissolúvel como mestiçagem ampla, em que temos tudo de todos, somo tudo de todos; e a segunda, como consequência, pacificar o presente, por meio da consolidação da ideia de que a violência original da colonização, a colonização como violência racial também é passado, de que não se mata mais negros e indígenas por racismo, de que não se violenta mais mulheres, gays e transexuais por preconceito biológico e por fundamentalismo religioso – em suma, agora, é cada um fazer o seu, pois o presente é ordem e progresso com igualdade plena entre todos, para todos.

É importante, ademais, perceber-se outro mito fundante do eurocentrismo-colonialismo, que, como estamos argumentando, ao tornar a modernidade europeia autorreferencial, autossustentada, endógena e autônoma, como um processo de superação, por seus próprios esforços e meios internos, da minoridade como tradicionalismo e de conquista-consolidação da maioria como racionalização, concebe a evolução das raças como momentos separados, individualizados, em que cada raça é definida e se define biologicamente a partir de *seu próprio contato com o meio ambiente circundante*, e não com o outro que vem de fora e em termos de relacionalidade. Com efeito, ainda retomando-se Darwin, a constituição e a evolução das diferentes raças são determinadas pela seleção sexual e pela seleção natural, ou seja, por fundamentos pré-políticos, pré-culturais, pré-sociais e ahistóricos. As raças não seriam produzidas político-culturalmente, como consequência da violência, do estupro, do roubo e do assassinato pelos colonizadores, como consequência da colonização enquanto contato violento entre alteridades; as raças seriam, por assim dizer, responsáveis pelo seu próprio sucesso ou insucesso, uma vez que originaram-se e singularizaram-se por causa de suas próprias condições naturais e do tipo de relação que tiveram com esse mesmo meio ambiente circundante. É por isso que Darwin, ao se perguntar sobre quais fatores possibilitaram que a raça branca europeia se tornasse intelectual e culturalmente superior às raças negra africana e indígena americana, pode responder com os seguintes três princípios nucleares, todos, para ele, de caráter biológico e/ou sexual: poligamia, infanticídio e escravização da mulher (cf.: DARWIN, 1974, p. 651-688). Note-se, nesta explicação da superioridade-inferioridade das e entre as raças, não apenas um escalonamento que tem no branco europeu (Europa como brancura) o ápice, o estágio evoluído relativamente ao negro africano (África como negritude) e ao indígena americano (América como vermelhidão), mas também e principalmente o fato de que a raça preexiste ao contato, não sendo influenciada por ele, não sendo construída em termos de colonização – e sendo explicada, na sua diferenciação e no seu escalonamento em termos de evolução, por pressupostos *biológicos*. Por isso, nesse contato, o colonizador como desbravador humanista ou o

observador científico como sujeito imparcial e neutro pode respectivamente guiar à civilização as diferentes culturas semicivilizadas e interpretar e categorizar epistemologicamente os diferentes modelos antropológicos, cada qual tendo evoluído e se constituído por seus próprios meios – nessa associação de lugar e cor, cor como lugar – sem qualquer menção à e sem qualquer influência da colonização. As raças, por seus próprios meios, princípios e escolhas internos, e em seu contato com seu respectivo ambiente, são responsáveis pelo nível de desenvolvimento consequente a elas, isto é, à sua cor como lugar normativo, como topos político, temos um específico estágio zoológico-antropológico e um correlato ambiente cultural naturalizado. Aqui, o colonizador se apropria da memória da evolução humana, em um triplo sentido: primeiro, é o ápice dessa evolução humana, representa a *consequência*, o *resultado* dos milhares e milhares de anos, dores, conquistas e esforços do gênero humano como um todo para, parafraseando Hegel, tornar-se consciente de si mesmo, de sua natureza interna, tornando-se, portanto, a *síntese* mais pura de tudo o que fizemos para ser o que somos como raça-civilização-cultura superior; segundo, como ápice, ele é *intérprete e sistematizador* da evolução humana e da estratificação das diferentes raças humanas ao longo do tempo, colocando cada qual no seu justo lugar em termos de maturidade intelectual e cultural (ou em termos da falta dela); terceiro, ele é *guia e juiz* do processo de evolução humana, da constituição interna de cada raça e das relações inter-raciais e, ao fim e ao cabo, é a *cabeça propositiva* e o *motor da evolução rumo ao futuro*, atrelados aos quais (cabeça e motor) vêm todas as demais raças, se é que estas simplesmente podem evoluir.

Nesse sentido, nós podemos perceber seja nas autocompreensões normativas da modernidade europeia ou ocidental (Hegel e Darwin, Weber e Habermas etc.), seja no caso do colonialismo e da constituição de sociedades-culturas periféricas, ou seja, nós podemos perceber, conforme estamos argumentando aqui, no *eurocentrismo-colonialismo*, uma apropriação exclusiva e seletiva da memória, do passado e da história, de modo que o eurocentrismo-colonialismo se assume como o intérprete, o sistematizador, o juiz e o guia dela, como o universal que reúne todas as peças do imenso tabuleiro humano e traça o caminho interno das diferentes raças humanas constituintes e definidores desse mesmo gênero humano, cujo ápice é a Europa, a modernização central. Como dissemos, o eurocentrismo-colonialismo compreende-se enquanto o presente do gênero humano e como a ponta-de-lança da caminhada rumo ao seu futuro *por causa* de sua monopolização da memória, da história e do passado de como evoluímos como *espécie humana*. Nesse sentido, há um fio condutor central – a liberdade (Hegel), a produção econômico-material (Marx), a raça (Darwin), a racionalidade cultural-comunicativa (Weber; Habermas) etc. – que confere unidade orgânica na multiplicidade étnico-racial-cultural que é constituída por diferentes estágios de maturidade racial, cultural, antropológica, que possui um caminho progressivo de cunho unilinear, reto

e direto, com um ápice evolutivo que constitui o presente, a síntese e o resultado atual do passado, da *história do mundo*, a memória viva, constituída presente e servindo de base para o futuro, do que fomos, do que todos fomos. É por isso que a raça branca ou a cultura europeia, como presente resultante e síntese do passado humano como um todo, como ápice desse fio condutor que une as diferentes raças-culturas, se torna o categorizador, o juiz e o guia universais dessas raças-culturas humanas esparsas no espaço e no tempo, não obstante cada raça-cultura ser a única responsável pelo seu estágio de desenvolvimento e de civilização, pela sua maturidade intelectual e societal em termos raciais. Ao monopolizar a memória, o passado e a história, a raça-cultura europeia apaga o colonialismo, silencia e invisibiliza os outros da Europa, despolitiza a violência, o estupro, o assassinato e o roubo como modernização-colonização. E, sobretudo, naturaliza as diferenças socioculturais como diferenças biológicas, genético-fisiológicas, despolitizando-as. O negro é negro por natureza; o indígena é indígena em termos morfológicos, fisiológicos e genéticos; o branco é branco biologicamente. Ou seja, a produção político-normativa das minorias, própria ao colonialismo, e que transforma esse mesmo colonialismo em violência simbólico-material *direta contra a alteridade*, é apagada, dando lugar a uma responsabilidade individualizada da parte de cada raça por seu próprio presente, a partir de condicionamentos genéticos, de práticas biológicas e culturais específicas novamente a cada e por cada raça. A raça se forma e se define a partir de sua simbiose com o ambiente, e não em termos de relacionalidade e mutualidade políticas, epistemológicas, em termos de contato, alavancado pela modernização como colonialismo. Assim, a modernidade-modernização europeia pode silenciar sobre o colonialismo e colocar-se como um processo interno, endógeno, autônomo, autorreferencial e autossubsistente, sem correlação com o colonialismo, indo diretamente ao capitalismo tardio, ao Primeiro Mundo – Europa ocidental e América do Norte, sendo ao mesmo tempo o ponto universal daqueles estágios de desenvolvimento particulares das diferentes raças-culturas humanas pré-modernas, essas raças-culturas pré-modernas apenas e fundamentalmente como passado, portanto (cf.: HEGEL, 2004; WEBER, 1984; HABERMAS, 2012). Com o monopólio da memória, da história e do passado, o eurocentrismo-colonialismo pode ser o categorizador universal, o árbitro e o guia universais, apagando-se como eurocentrismo-colonialismo e invertendo a lógica da modernização como colonização que produz a raça, a brancura, a negritude, a indianidade etc.: de violência simbólico-material contra a alteridade, ele torna-se o sujeito, a condição e o princípio universais que, como grande guarda-chuva normativo, promove, protege e fomenta essa mesma alteridade.

Ora, é aqui que a descolonização, isto é, a constituição das minorias político-culturais como sujeitos público-políticos em termos de ativismo, de militância e de engajamento na esfera pública, recoloca o eurocentrismo-colonialismo como violência simbólico-material direta contra a alteridade, produtora exatamente de minorias político-culturais a partir da colonização. O eurocentrismo-colonialismo não é mais, como o fora nas filosofias europeias, um estágio último em termos culturais, civilizacionais e epistemológicos, em que a cultura-consciência europeia ou moderna descobre-se e afirma-se como o estágio último da evolução do gênero humano, como o sujeito, o método, a lupa e o valor com os quais o passado humano e a evolução das diferentes sociedades-culturas podem ser escalonados, unificados e metrificados em termos de como e de quanto desenvolvimento e progresso na consciência de liberdade efetivamente alcançaram, adquiriram, construíram. O eurocentrismo-colonialismo também não é mais o caminho que, enquanto presente (ao passo que as sociedades-culturas pré-modernas seriam apenas passado), estabelece os parâmetros e os passos e serve como cabeça-guia da constituição do futuro humano como uma continuidade dessa mesma modernização, imune a – e independente de – quaisquer contatos com o outro da modernidade ou mesmo produtora de patologias psicossociais que lhe minam a legitimidade e a possibilidade de continuar seu movimento imparável e totalizante. A descolonização da cultura e a descatequização da mente, viabilizadas pelo ativismo público das minorias político-culturais reconstrói a memória, a história e o passado da modernização ocidental (como colonialismo) de um modo geral e das periferias coloniais da modernização ocidental em particular, como é o caso do Brasil.

As minorias político-culturais se tornam o verdadeiro e efetivo sujeito do presente e a fundamental cabeça-guia do futuro pelo fato de que reassumem a sua história, o seu passado e a sua memória, que é exatamente o eurocentrismo-colonialismo como violência simbólico-material direta contra as diferenças e, nesse sentido, desnaturaliza e politiza esse mesmo eurocentrismo-colonialismo silenciado, invisibilizado e negado pelas teorias da modernidade europeias. E, nesse sentido, o primeiro ponto fundamental que as minorias político-culturais trazem à *práxis* político-normativo-cultural cotidiana, da sociedade civil para as instituições e destas para aquela, sob a forma de descolonização da cultura e de descatequização da mente, consiste no fato de que só há minorias político-culturais – o negro, o indígena etc. – porque há eurocentrismo-colonialismo. Ou seja, há modernidade porque há o outro da modernidade, há Europa porque há a América e a África (ou mesmo o Oriente), há civilização porque há selvageria, há o branco porque há, entre outros, o negro e o indígena, só há colonizador porque há contexto-sujeito colonizado. É por isso que Frantz Fanon, em seu livro *Os condenados da terra*, afirma, logo no início deste magnífico texto, que a descolonização é a retomada dessa identidade e dessa relacionalidade fundamentais entre

colonizador e colonizado, branco e negro e indígena, eurocentrismo e colonialismo, centros e periferias epistemológicas, políticas, culturais e econômicas. Esse é o pilar fundamental para a compreensão de nosso sistema-mundo encabeçado pela Europa ocidental e pela América do Norte e, com isso, para a compreensão da periferização política, social e econômica calcada no racismo biológico como base da cultura, da autoridade e da estratificação. E, assim, essa mutualidade, essa identidade e essa relacionalidade também são a base para o próprio processo de descolonização da cultura e de descatequização da mente, que as minorias político-culturais efetivamente levam a efeito. Frantz Fanon nos diz, a propósito disso:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que *faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo*. A descolonização é o encontro de duas forças congenitamente antagônicas que extraem sua originalidade precisamente dessa espécie de substantificação que segrega e alimenta a situação colonial. Sua primeira confrontação se desenrolou sob o signo da violência, e sua coabitação – ou melhor, a exploração do colonizado pelo colono – foi levada a cabo com grande reforço de baionetas e de canhões. O colono e o colonizado são velhos conhecidos. E, de fato, o colono tem razão quando diz que ‘os’ conhece. É o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial (FANON, 1968, p. 26; os destaques são nossos).

Note-se, na passagem, entre outras coisas, o fato de que a descolonização somente tem seu sentido e sua efetividade na medida em que visibiliza, desnaturaliza e, portanto, politiza a história, a memória e o passado seja da sociedade colonial, seja do eurocentrismo-colonialismo. A descolonização, por conseguinte, necessita recolocar, reconstruir, reinterpretar o passado, a história e a memória da modernização como colonização das alteridades e, com isso, como produção de minorias político-culturais racialmente estruturadas e dinamizadas pelo fato de que esse é o ponto de partida fundamental para o enquadramento crítico e criativo do que somos – o que somos hoje, como presente, a partir do que fomos, de como nos construímos e fomos construídos, de como estilizamos uma determinada compreensão seletiva e naturalizada do nosso passado, uma memória que é exatamente a história da brancura em evolução e construção de um novo mundo contra a selvageria da negritude-escuridão e da indianidade-vermelhidão. Ora, essa reconstrução da história, do passado e da memória do eurocentrismo-colonialismo, que é a descolonização da cultura e a descatequização da mente, a reconstrução da história, do passado e da memória do eurocentrismo-colonialismo constituída como descolonização político-cultural e descatequização cognitivo-epistemológica, somente pode ser realizada em toda a sua pujança pelas minorias político-culturais, pela voz-*práxis* negra e indígena (e pela perspectiva feminista e LGBTQIA+, evidente-

mente), uma vez que elas permitem não apenas a publicização de sujeitos, de histórias e de experiências alternativas de eurocentrismo-colonialismo, da violência simbólico-material da colonização, senão que também, por fazerem isso, desnaturalizam e politizam a condição da brancura como lupa hermenêutico-epistemológica da evolução humana, como juiz e árbitro do presente do gênero humano, como intérprete universal da história e como cabeça-guia do progresso humano, desde o presente para o futuro. Em tudo isso, as minorias político-culturais, em sua *voz-práxis* direta, carnal, vinculada, política e politizante, assumem essa perspectiva de descolonização político-cultural e de descatequização cognitivo-epistemológica exatamente enfatizando, como sua base fundante, tal como Fanon havia se expressado acima, que o que elas são, as minorias, dependem fundamentalmente da violência simbólico-material do eurocentrismo-colonialismo, nem mais, nem menos, de modo que, se essas mesmas minorias político-culturais emancipam-se ao reconstruírem sua história, seu passado e sua memória, enraizando-se com isso na esfera pública e como sujeitos político-culturais, também permitem um enquadramento consistente e reflexivo da própria modernização como colonialismo, sem o qual esta permanece naturalizada e despolitizada em termos de cegueira histórico-sociológica e de romantização normativa, ou seja, como ausência de relacionalidade, como autorreferencialidade, endogenia e autossustentabilidade absolutas – as minorias político-culturais como o esclarecimento do Esclarecimento, como a verdade, no sentido de crítica e de gênese, e a *salvação*, em termos de transformação, da modernidade. É por isso que, no caso do pensamento indígena brasileiro, a sua postura de reafirmação e de resistência das e por parte das singularidades-alteridades indígenas tem como consequência inevitável e direta a reafirmação da relacionalidade, da mutualidade e da identidade entre eurocentrismo-colonialismo e produção de minorias político-culturais via violência simbólico-material. Acerca disso, Ailton Krenak nos diz, sobre sua *voz-práxis* militante em torno à condição e à causa indígenas:

E o outro desconforto era me identificar como índio, porque índio é um erro de português, plagiando o Oswald, que disse que, quando o português chegou no Brasil, estava uma baita chuva, aí ele vestiu o índio, mas, se estivesse num dia de sol, o índio teria vestido o português, e estaria todo mundo andando pelado por aí. Isso continua valendo até hoje, e eu atualizei dizendo que o índio é um equívoco do português, não um erro, porque o português saiu para ir para a Índia. Mas ele perdeu a pista e veio bater aqui nas terras tropicais de Pindorama, viu os transeuntes da praia e acabou carimbando de índios. Aquele carimbo errado, equívoco, ficou valendo para o resto das nossas relações até hoje, e a resposta para uma pergunta tão direta e simples poderia ser tão direta e simples quanto. Quando foi que eu atinei que eu tinha de fazer essas coisas que ando fazendo nos últimos 50 anos da minha vida, que é quase que repetir o mesmo mantra, dizendo para esse outro: ‘ô, cara, essa figura que você está vendo no espelho não sou eu não, é você, esse espelhinho que você está me vendendo não sou eu, isso é um equívoco’? E saí do sentimento para a prática na pista dos meus parentes mais velhos do que eu, que estavam sendo despachados da zona rural para as periferias miseráveis do Brasil, o que acontece em qualquer canto, no Norte, no Sul, em qualquer lugar (KRENAK, 2015, p. 239).

ATIVISMO PÚBLICO-POLÍTICO COMO MEMÓRIA VIVA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICO-MATERIAL

As minorias político-culturais, portanto, enquanto produto político-normativo da modernização-colonização, do eurocentrismo-colonialismo, possuem e explicitam uma tripla condição: (a) elas apontam para a mutualidade, a relacionalidade e a identidade do contato como colonialismo, isto é, só há o indígena e o negro porque há o branco, só há a modernidade porque há o colonialismo, de modo que tais pólos não são estanques e nem autorreferenciais e autossubsistentes, senão que dependentes de modo direto um do outro – com isso, o indígena-negro, o sujeito-contexto colonizado serve como suporte normativo (como antítese, aquilo que a modernidade não é, aquilo que ela superou e que, por isso, pode interpretar e guiar) e como base material (as riquezas roubadas) da modernidade ocidental ou europeia; (b) o contato como colonização é perpassado, estruturado e dinamizado por violência simbólico-material pungente, por processos de escravização, etnocídio e genocídio intensificados em nome do racismo biológico, do fundamentalismo religioso e do eurocentrismo-colonialismo; e (c) os colonizadores monopolizam para si o passado, a história e a memória desse processo de violência, de produção de minoridades, de modo a invisibilizar, silenciar e privatizar essas minorias, naturalizando e despolitizando a história nacional e a relação entre modernidade e colonialismo, tornando-se, da mesma forma, os intérpretes, os juízes e os guias fundamentais do presente de nossa sociedade, assumindo a modernização, agora separada do colonialismo, como o critério paradigmático, o caminho civilizacional e a condição básica para o desenvolvimento e a integração. Com isso, as minorias político-culturais são excluídas enquanto intérpretes de nosso passado, de nossa história e de nossa memória, do mesmo modo como suas formas de vida, suas práticas e seus valores socioculturais são deslegitimados como base civilizacional para pensarmos o que fomos, o que somos e para onde iremos. Como menores, como racialmente inferiores, elas foram ossificadas no passado e, quando muito, sua atualidade depende exatamente da assunção de paradigmas científicos, de práticas culturais e de formas produtivas alienígenas. De todo modo, o indígena e o negro ficam sempre na periferia da história, com um protagonismo praticamente nulo – o racismo que justificou o eurocentrismo-colonialismo, com seus processos de escravidão, de etnocídio-genocídio e de aculturação amplos e diretos, reproduz essas mesmas *raças* não apenas como condição, contexto e sujeitos passados, mas também como atualidade deficitária, atrasada e atrelada à própria modernização que os produziu e que julga hoje ter superado esse seu núcleo colonialista, mantendo, assim, sua condição de ponta-de-lança da cultura, da epistemologia e da economia.

É por isso que a base do ativismo público-político das minorias e, nesse caso, sua reafirmação como grupo e seu consequente enfrentamento das condições de marginalização, de exclusão e de violência vividas e sofridas como minoridade passam necessariamente pela construção e pela publicização de seu passado, de sua história, de sua memória, o que também significa, como dissemos acima, a partir das vozes de Frantz Fanon e de Ailton Krenak, que essas mesmas minorias político-culturais buscam ligar de modo umbilical sua condição como minoridade ao contexto maior da modernização-colonização, o indígena e o negro ao branco, o indígena e o negro como o branco, como sua dualidade fundante, estruturadora e dinamizadora. Nesse sentido, a memória, a história e o passado de dor e de violência vêm para primeiro plano quando acessamos as experiências autobiográficas, testemunhais e mnemônicas diretas de exclusão e de negação vividas como minorias político-culturais, por causa de sua condição como minorias político-culturais. Esse, aliás, é o primeiro ponto importante para entender-se o enorme potencial político, reflexivo e transformador da voz-*práxis* das minorias político-culturais, quando publicizada, a saber, o fato de que elas viveram nos corpos e na alma, na sua singularidade étnico-cultural e nas relações com a sociedade abrangente a violência simbólico-material que as produziu e que as reproduziu. Foi o negro que levou chibatadas e teve seu corpo marcado com ferro em brasa e acorrentado com ferros como animal, e que foi morto quando resistiu; foi o indígena que teve sua casa destruída e seus familiares e seus amigos assassinados pelos invasores; foi a mulher que apanhou na cara do macho fundamentalista e preconceituoso; foi o homossexual que apanhou até a morte por seu gênero-sexualidade *antinatural*, *anormal*. Não por acaso, portanto, a publicização da voz-*práxis* das minorias político-culturais começa como memória autoral, em primeira mão, na correlação de eu-indivíduo e nós-grupo, como história e relato da violência colonial enquanto passado e base produtora de minoridade, isto é, de marginalização, de escravidão e de morte. Sobre isso, é interessante ver-se o ponto de partida do livro *Todas as vezes que dissemos adeus*, de Kaká Werá Jecupé, em que ele nos diz, acerca de sua história de vida:

Quando eu era música entonada na barriga da mãe, nossa aldeia foi atacada. Homens empunhados de pequenos trovões de aço fizeram uma grande tempestade; lançando-se contra nós de todos os lados, fazendo chuva de chamas. Curumin, Cunhã, Tijari, Tieti, Mitã, Menononure, Aymeri, Tujá, Tujá-I; corpos destes nomes ao chão, como um estio fúnebre. Quando a última oca derramou sua última lágrima de fogo e se desfez em cinza, restaram pouco mais de oito parentes, entre eles a anciã Meire-Mekrangnotire e a filha Yakamara, que viria a ser a mãe que me semearia ao mundo (JECUPÉ, 2002, p. 22).

Note-se, nessa passagem de Kaká Werá Jecupé, esse ponto fundamental que falamos acima, a saber, de que, nas minorias político-culturais, a memória da violência e da exclusão vividas e sofridas é seu núcleo constitutivo e dinamizador básico. Porque não se pode ser minoria político-cultural sem concomitantemente ter vivido alguma forma – ou muitas formas – de violência simbólico-material, de racismo, de preconceito, de segregação, de estupro, de abandono, de espancamento etc. Na *voz-práxis* das minorias político-culturais, por conseguinte, nós vemos a constituição de uma perspectiva catártica, autoafirmativa, crítico-reflexiva e político-politizante que tem no seu relato autobiográfico, testemunhal, mnemônico e experiencial a base legitimadora e a potência emancipatória fundamental. Nesse relato, a construção de novas histórias e o desvelamento de outras versões do passado nacional, da condição contraditória da modernização-colonização aparecem em cheio, motivados pela e fundados na publicização da memória das vítimas por si mesmas e desde si mesmas, sem mediações institucionalistas, cientificistas e tecnicistas, em termos de uma perspectiva carnal e vinculada. Aqui, é o grupo-indivíduo menor que fala ao grupo-indivíduo maior, paradigmático e modelar, o protótipo básico da modernização-colonização, enquadrando-o; é o grupo-indivíduo menor que desnaturaliza e politiza a versão unidimensional e unilinear de sociedade, de história, de passado, de presente, de futuro, inclusive de seus sujeitos fundantes e dinamizadores, por meio da pluralização dos sujeitos, das experiências, das práticas e dos valores que nos são constitutivos, mas que foram invisibilizados, silenciados e mesmo deslegitimados pela colonização e pelo seu sucedâneo, nossa modernização conservadora. Mais uma vez, portanto, é essa *voz-práxis* direta do eu-nós lírico-político, do grupo-indivíduo de minorias que aborda nossa versão naturalizada e despolitizada de história e nossos sujeitos brancos modelares, religando colonização e modernização com e como produção de minorias político-culturais em termos de violência simbólico-material. E, aqui, como já enfatizamos acima, a lembrança da marginalização, da exclusão e da violência vividas e sofridas no corpo, na autocompreensão e na cultura serve como catarse de si e do contexto onde se inserem as minorias político-culturais. Exatamente por isso, há um núcleo normativo comum nessa *voz-práxis* das e pelas minorias: balas e Bíblia (e bois)! Balas, Bíblia e bois como o substrato da colonização que justifica a produção, a escravização e até a guerra justa contra as minorias político-culturais, ontem e hoje. Esta é a memória das minorias, como minorias, diante do contexto colonial maior em que estão situadas:

As imagens dançam na minha cabeça. Vejo minha pintura de rosto. Pintura de um povo antigo. Meu corpo dança no vento. Boca de jaguar me ataca os pés. Flechas correm sobre a aldeia. Tiros, tiros, tiros. Sons de trovão. Minha cabeça tropeja lembranças. Vejo crianças cantando hinos brancos. Vejo uma aldeia se erguendo na beira de um rio. Vejo meu corpo vestido de uma remendada camisa amarela. Ouço rezas e vejo relâmpagos (WERÁ JECUPÉ, 2002, p. 23).



Na memória de Kaká Werá Jecupé, portanto, é o som, é a lembrança de tiros, de rezas e de invasões que constitui, ab origine, a compreensão de si e de sua condição indígena. Esse é o ponto fundamental que estamos argumentando ao longo do texto, a saber, que, no caso das minorias político-culturais, produzidas político-normativamente em termos de colonização, como menoridade, como condição antinatural, anormal, degenerada e selvagem, a memória da violência, da exclusão e da marginalização, a memória da escravização, da desterritorialização (simbólico-material) e da morte dos seus estabelece-se como o grande núcleo constitutivo, estruturante e dinamizador do que são, de como são. Nesse sentido, seu aparecimento da esfera pública e sua consolidação como sujeitos político-culturais cumpre um duplo objetivo, que caracteriza, em verdade, o potencial crítico, reflexivo e transformador dessas e por essas mesmas minorias político-culturais no contexto da democracia contemporânea, mormente a sociedade brasileira, marcada por um processo de modernização conservadora que, se por um lado assume transformações importantes no âmbito econômico e jurídico de modo a atrelar-se à modernização ocidental, por outro possui déficits gritantes no âmbito da cultura, da política e da integração social, provenientes do racismo cultural e gerando, assim, desigualdades sociais amplas e pungentes, autoritarismo político e conservadorismo cultural. Esse duplo objetivo perseguido e viabilizado pelas minorias político-culturais na esfera pública e em termos de militância, de engajamento e de ativismo consiste, primeiramente, na pluralização dos sujeitos, das histórias, das experiências, das práticas e dos valores ligados à modernização ocidental de um modo geral e à modernização conservadora brasileira em particular. É por isso que Kaká Werá Jecupé pode nos dizer, em seu livro *Todas as vezes que dissemos adeus*, que sua militância, inclusive por meio da literatura, tem uma intenção central, que consiste exatamente nessa pluralização, de modo a evitar-se a unidimensionalização, a massificação, a naturalização e, assim, a ossificação-despolitização de nossa história nacional: “[...] eu vim para mostrar a nudez do meu povo. A claridade do coração. Eu vim para nos despirmos. Para descobrirmos os brasis” (WERÁ JECUPÉ, 2002, p. 17). Violência, marginalização, exclusão e morte impostas em termos de colonização – essa é a memória da colonização por parte das minorias, essa é a condição permanente que, como menoridade, lhes foi imposta pela colonização. Nesse sentido, essa pluralização das histórias, dos sujeitos, das experiências, das práticas e dos valores constituintes de nossa sociedade, bem como essa avaliação da modernidade-modernização ocidental por suas vítimas, constituem-se em uma perspectiva política, normativa e epistemológica básica para a correção do passado, a reescrita da história e a ampliação da memória nacional, sem o que continuaremos negando e deslegitimando as próprias exigências de uma modernização ampla, que não são apenas jurídico-econômicas, mas também sociais, políticas e culturais. Isso significa que, sem enfrentarmos o etnocídio indígena, a escravidão negra e, com

isso, o racismo biológico e o fundamentalismo religioso, continuaremos travando a democratização ampla de nossa sociedade, mantendo-nos como modernização conservadora, excludente e violenta.

Em segundo lugar, o objetivo perseguido pelas minorias político-culturais consiste em publicizar-se, visibilizar-se e politizar-se para sobreviver. De fato, como argumentamos, a produção político-normativa das minorias político-culturais via colonização implica, como consequência de sua negatividade, de sua anormalidade, de sua condição antinatural e selvagem, não apenas no seu enquadramento e na sua orientação pelo contexto-grupo-sujeito maior, mas também em sua invisibilização, em seu silenciamento e em seu privatismo, ou seja, no fato de que elas devem ser afastadas dos olhos do grupo-indivíduo normal, modelar. Elas não podem ser vistas, ouvidas e sentidas; elas precisam ser despersonalizadas e apagadas da memória, da interação e da fala comuns, como sujeitos do passado, como condição deficitária superada ou destruída. Nesse sentido, se a produção político-normativa das minorias político-culturais deve ser um exercício público de exorcismo, de purgação e de catarse dos e pelos colonizadores, para justificar sua vocação civilizadora e humanista e esconder o que de fato a colonização e os colonizadores são, a saber, roubo-ladrões, assassinato-assassinos, usurpação-usurpadores, o passo seguinte desse processo de construção de menoridade e de negatividade consiste na permanente manutenção dessas mesmas minorias como sujeitos esquecidos, apagados, sem voz, sem vez e sem publicidade. Se o exorcismo confere legitimidade à colonização e protagonismo político ao colonizador, a invisibilização, o silenciamento e o privatismo das minorias, em termos de seu afastamento, de seu mutismo e de sua ocultação frente aos olhos, ouvidos e bocas públicos, permite que sejam desterritorializadas, despersonalizadas, distanciadas dos demais grupos-indivíduos sociais e, ao fim e ao cabo, mortas sem que ninguém ouça, veja e/ou sinta o crime sistemático que é a colonização, o assassino contumaz que é o colonizador. Por isso mesmo, a resistência das e pelas minorias político-culturais implica em retornarem à esfera pública, visibilizarem-se, fazerem-se ver, ouvir e sentir pela sociedade envolvente. Esse visibilizar-se, por conseguinte, é questão de sobrevivência e de resistência. Esconder-se no mato ou no armário ou na cozinha implica em deixar acontecer o roubo, o assassinato, o estupro e a violência que, como dissemos, acompanham a condição, a formação e o sentimento das minorias político-culturais como negatividade produzida pela colonização. Como diz o artista indígena macuxi Jaider Esbell, trata-se de se “[...] manter em visibilidade para não ficar soterrado, à parte dos grandes eixos gerais, a grande política, a luta de poder com poder” (ESBELL, 2018, p. 89). Por outras palavras, trata-se de se manter e fazer visível para existir, para resistir, para transformar-se e transformar.

A visibilidade político-cultural é a exigência fundamental das e para as minorias político-culturais e ela se fundamenta na correlação (a) de recuperação-reafirmção da memória, da história e do passado, (b) de publicização e de enraizamento públicos que fazem ecoar aos quatro cantos e para todos as vozes dessas mesmas minorias e (c) de ativismo, de militância e de engajamento em torno à sua condição e à sua causa, em termos de desconstrução permanente das condições e dos sujeitos coloniais que produziram e que reproduzem menoridade e negatividade em relação a esses grupos subalternos. Perceba-se, nesse caso, que a visibilização, o enraizamento e o ativismo públicos, políticos e culturais das minorias permitem-lhes apontar para o fato de que o processo produtor dessa condição de menoridade e de negatividade não acabou, senão que continua pungente, permanente e pujante em nossa sociedade, em nossas instituições, nos nossos sujeitos políticos e nas práticas culturais e valores epistêmicos que nos constituem como sociedade brasileira, como modernidade-modernização ocidental. Esse processo de construção de menoridade e de negatividade, via violência simbólico-material direta, estava em geral escondido dos olhos, emudecido de nossos ouvidos e silenciado de nossas bocas por meio da periferização e do confinamento dos grupos subalternos a recantos marginais de nossa sociedade – a favela, o mato, o armário, a cozinha etc. Não víamos, ou fingíamos que não víamos; não ouvíamos ou fingíamos que não ouvíamos; não falávamos sobre, ou se falava como uma questão do passado, como uma questão superada, como, para usarmos um termo muito em voga nos tempos bolsonaristas, um *mimimi* daqueles que querem problematizar e fraturar a grande família Brasil, fundida e amalgamada racialmente, equalizada social, cultura e politicamente, organizada de modo homogêneo, ausente de contradições internas e, portanto, orientada por valores e práticas coesos, objetivos, imunes à crítica – a crítica que, na modernização conservadora, não apenas não é necessária (afinal tem-se ordem e progresso), mas que também constitui-se em um estorvo, pois rompe com essa grande família Brasil, expondo contradições que ela não quer que ninguém veja, nem os seus próprios membros, nem os observadores externos. É nesse sentido que Ailton Krenak nos diz que a visibilização pública e o ativismo político das minorias político-culturais de um modo geral e dos povos e lideranças indígenas brasileiros em particular expõem um *segredo de família* que incomoda às nossas elites, à nossa história naturalizada e despolitizada, a saber, de que o racismo biológico, o fundamentalismo religioso e o eurocentrismo-colonialismo ainda estão pungentes em nossa sociedade e perpassam sua evolução ao longo do tempo, produzindo menoridade, negatividade, marginalização e violência. Falando do protagonismo público, nacional e internacional, do cacique caiapó Raoni Metuktire – o grande Raoni, que volta a ser atacado em sua militância, em sua representatividade pelo presidente Jair Messias Bolsonaro –, ele diz, acerca desse segredo de família

silenciado e invisibilizado em termos de colonização e que é politizado, publicizado pela militância das minorias político-culturais:

O que eu acho é que muitas pessoas aqui estão incomodadas com que o mundo veja o Brasil na cara do Raoni. Porque o sinhozinho estava na sala tomando café, quando soube que alguém fugiu da senzala e foi fazer algazarra. Ficou apavorado, chamou o capataz e perguntou: “mas o que é isso? Fugiu um negro da senzala; foi fazer confusão aí no mundo”. Quem pode mostrar a cara lá fora é o sinhozinho. Ele sai da sala com gravata e paletó e vai se exhibir no paraíso. Agora, pessoal da senzala, das malocas, não pode sair por aí se exibindo de tanga, botoque e cocar. O incômodo é tão grande para uma parte da elite brasileira que é mais ou menos como se vocês estivessem exibindo um segredo de família para o público. O Brasil está vendendo o retrato do branco para o mundo há 500 anos. De repente, quando ele mostra o pessoal que não é branco... (KRENAK, 2015, p. 96).

O conceito de *segredo de família*, utilizado por Ailton Krenak em termos de compreensão do processo de constituição e de desenvolvimento de nossa sociedade brasileira, do contato para a colonização, da colonização para a modernização conservadora contemporânea, e, neles, sob a forma de produção político-normativa de menoridade e de negatividade por meio de processos amplos, intensificados, contínuos e diretos de violência simbólico-material, serve à perfeição para entendermos seja a ideia de uma grande família Brasil, amalgamada e fundida racialmente, organizada por laços patriarcais, sem contradições internas e fortemente homogeneizada, seja, com isso, a invisibilização, o silenciamento e o privatismo das minorias político-culturais como entrave a essa ideia de nação como grande família indivisa, seja, por fim e como consequência, o aparecimento, o enraizamento e o ativismo público das e pelas minorias político-culturais. Como dissemos, na história e na cultura nacionais estilizadas como substrato da colonização, a invasão, a usurpação, o roubo e o assassinato são transformados em missão civilizadora, em descoberta, em desbravamento, em construção de uma nova civilização e de um *novo mundo* nos trópicos, situação que tem na conversão, na educação e na orientação dos gentios, na retirada deles desse estado-estágio de selvageria e na sua condução à civilização o grande mote, o objetivo fundamental da colonização e do colonizador, que lhes confere centralidade, uma aura salvífica, missionária e messiânica, como abnegados humanistas. Com isso, inclusive, o indígena, de vítima, passa a ser o vilão, o selvagem despudorado, violento, preguiçoso e ladrão; enquanto o colonizador, de assassino, ladrão e estuprador que é, passa a ser a vítima, o defensor de suas terras, o promotor do desenvolvimento, o *gentleman*, o cavalheiro sempre ameaçado pelo selvagem, pelo não-civilizado. Essa é a primeira parte do segredo de família: a inversão da lógica da colonização, de roubo-usurpação-assassinato para uma missão civilizadora-humanista; a inversão do sentido do colonizador, de usurpador-ladrão-assassino para um desbravador-benfeitor-humanista; e da imagem, do sentido e do protagonismo do indígena, de vítima, de sujeito violentado e roubado, para o algoz, a ameaça

ao colonizador e à colonização, a antítese da civilização, do progresso e do desenvolvimento, como o diabo encarnado, como o atraso cultural-civilizacional, como o semi-civilizado rude e supersticioso. A partir daqui a colonização produz exatamente essas minorias político-culturais como raças biológicas degradadas e, assim, como condição moral decaída, como negatividade, como menoridade.

E então começa a segunda etapa desse segredo de família, que é, como dissemos acima, a invisibilização e o silenciamento permanentes, o afastamento dos sujeitos menores relativamente ao público normalizado, o que permite a execução de um processo de aculturação, de escravização e de etnocídio diretos dessas minorias, que, não mais vistas, ouvidas e sentidas pelo público circundante, ou deslegitimadas por causa de sua negatividade-menoridade, podem ser marginalizadas e destruídas à vontade, despolitizadas que foram. Assim, a sociedade pode manter-se e legitimar-se, na aparência, como essa grande família Brasil, sem diferenciações e contradições agudas internamente, com um amálgama e uma fusão raciais absolutos, de identidade, unidade e autoridade férreas, como se não existisse mais a violência original fundadora do Brasil. Mas esse é o lado macabro do nosso segredo de família: só na aparência há essa ordem, esse pacifismo, essa cordialidade, essa integração. No seu núcleo constitutivo, estruturante e dinamizador, os processos de violência simbólico-material produtores de menoridade-negatividade continuam totalmente pulsantes, permanentes e intensos. São, na verdade, o fio condutor que imbrica contato, colonização e modernização conservadora. Com isso, temos o terceiro aspecto fundamental desse segredo de família próprio à nossa sociedade-cultura brasileira, que é exatamente o caminho de visibilização, de politização, de militância e de resistência assumido e dinamizado pelas minorias político-culturais como *condição de sua sobrevivência*, o que significa o enfrentamento de nossa modernização conservadora a partir da reconstrução da memória, da reescrita da história e da correção do passado de nossa sociedade, agora a partir do ativismo das minorias político-culturais como memória viva e, a partir dela, como ativismo político direto desses grupos-sujeitos subalternizados e periféricos. Por meio dessa militância direta, fundada na publicização da memória das vítimas, na visibilização e no enraizamento públicos dos grupos-sujeitos menores, tem-se exatamente a desconstrução desse mito que é a ideia de uma grande família Brasil indivisa, fundida e amalgamada racialmente, ausente de contradições e de fraturas internas. Com esse ativismo público-político das minorias, com sua visibilidade em termos público-políticos, é o racismo biológico, o fundamentalismo religioso e o eurocentrismo-colonialismo que tornam-se publicizados, desnaturalizados e politizados, revelando-se como esse núcleo político, cultural e institucional próprios à sociedade brasileira. Mais uma vez, é Ailton Krenak quem nos diz, acerca da condição e da causa indígenas, da sua politização, visibilização e militância:

Acho que você conhece a história das potências que colonizaram outras regiões do mundo e que tratam os nativos como cidadãos de segunda ou terceira categoria. Se você observar, a Inglaterra e a França mantinham até recentemente colônias na África e na Ásia, onde os nativos tinham o *status* aproximado da mula ou do cavalo. Aqui, no Brasil, os índios continuam tendo um *status* parecido com o de animais silvestres. Nós somos objetos da atenção do Estado enquanto seres que precisam ser preservados como fauna. Também temos a atenção do Estado como pessoas e indivíduos que precisam ser vigiados para que não entrem num processo de contestação do poder do Estado, de contestação da ordem estabelecida e de questionamento dos crimes que foram praticados contra o nosso povo. *Nós somos a memória viva e um testemunho sempre muito explícito da história recente da ocupação dessa região do mundo* (KRENAK, 2015, p. 85-86; os destaques são nossos).

Indígenas são memória viva e testemunho presente do colonialismo, da modernização conservadora, da violência, da marginalização e da exclusão que perpassam e determinam a evolução de nossa sociedade; minorias político-culturais são memória viva e testemunho presente do eurocentrismo-colonialismo, do racismo biológico e do fundamentalismo religioso que, de modo imbricado, as produziram e reproduziram-reproduzem. É nesse sentido que seu ativismo público, sua consolidação como sujeitos político-culturais militantes e engajados em torno à sua condição e à sua causa e, com isso, a *visibilização plena das condições estruturais* de nossa sociedade permitem exatamente desnaturalização ampla e politização aguda de nossa história nacional, de nossa identidade cultural e de nossa autocompreensão normativa. Note-se essa situação epistemológico-política fundamental para uma democracia que é viabilizada e detonada pelo aparecimento e pelo enraizamento públicos das minorias político-culturais, a saber, a visibilização plena, estrutural, sistemática da sociedade, de sua história, de seus sujeitos modelares, de suas práticas e valores mais básicos. Como podemos perceber, as minorias situam-se na fronteira entre colonizador e povo-indivíduo *descoberto, contatado*. Elas, na verdade, são o produto desse contato que, como relação de colonização, isto é, de invasão, de usurpação, de roubo, de estupro, de escravização e de assassinato, constrói negatividade e menoridade como base justificadora e humanizadora do colonialismo e do colonizador, como fundamento para a legitimação de sua vocação civilizacional, moral e salvífica da colonização e dos colonizadores. Por essa dupla condição, isto é, (a) por serem fronteira do contato entre mundos e sujeitos diferentes e (b) por terem sido produzidas pela violência simbólico-material que é a colonização, as minorias visibilizam as contradições teórico-práticas desse processo, trazendo à tona, desvelando a violência apagada dos textos e das práticas sociais e negada politicamente pelo colonizador, explicitando a história da evolução de nossa sociedade e da formação e da reprodução da subalternidade, da marginalização e da exclusão desses grupos enquanto continuum social e civilizacional e, por fim, politizando o seu lugar social, epistemológico, cultural, econômico e mesmo religioso hoje, no presente. As minorias político-

culturais permitem religar o passado da colonização com o presente de nossa modernização conservadora, ao apresentarem-se como a herança, como a condição permanente que subjaz ontem e hoje à constituição e à evolução de nossa sociedade. Ora, é nesse sentido que temos a visibilidade plena e, como consequência, a desnaturalização aguda e a politização pungente de nossa história, de nosso passado e de nossa memória: a história é contada por suas vítimas, que presentificam uma memória viva e que, por isso, expõem a falácia, o mito de uma grande família Brasil amalgamada, fundida, sem contradições e de identidade plena. Somos confrontados pelo e temos aclarado o fato de que a violência contra as diferenças e a produção e a reprodução de minorias político-culturais são nossa base constitutiva e nosso fio condutor que une o passado ao presente e que se coloca, hoje, como o desafio fundamental para um novo futuro. Aprendemos, com as minorias político-culturais, que o racismo não foi superado, mas silenciado, que as minorias não foram integradas, mas invisibilizadas e privatizadas, afastadas dos olhares e do contato públicos, para melhor serem dominadas ou destruídas, para que a modernização conservadora, autoritária, racista e desigual, possa continuar sendo legitimada por meio da bala, da Bíblia e do boi como valores civilizacionais e políticos básicos, como chave interpretativa da cultura, modelo de progresso econômico e de integração social fundamentais.

A visibilidade plena e a reflexividade acentuada possibilitadas pelo aparecimento, pelo enraizamento e pelo protagonismo público das minorias político-culturais chega em boa hora à nossa esfera pública e instaura uma condição que é fundamental para a maturação de nossa democracia, para a consolidação de processos de reconhecimento, de inclusão e de participação que se colocam como exigência básica para uma sociedade que se quer não apenas moderna em termos econômicos e jurídicos, mas também e como condição disso em termos socioculturais e epistemológico-políticos. Essa condição é a *disputa pela memória, pela história e pelo passado*, especialmente em uma época bolsonarista em que o revisionismo histórico de nossa modernização conservadora se torna uma obsessão de nossas elites. Note-se que esse tipo de revisionismo histórico almeja exatamente humanizar e civilizar a colonização e dar um ar missionário, messiânico e salvífico aos algozes da democracia, não apenas da Ditadura Militar, mas também em termos de nossos valores, práticas e sujeitos modelares, em geral a correlação de (a) família tradicional, (b) fazendeiro empreendedor e (c) homem branco, macho heterossexual, que são o paradigma básico da socialização nacional. Nesse sentido, a história de violência é substituída pela história do desbravamento heroico, civilizador e humanista, a produção de minorias em termos de violência simbólico-material é substituída pelo contato cordial em que as raças se fundem em uma grande família capitaneada por esse macho branco trabalhador, heterossexual e cristão que conduz os grupos-indivíduos menores ao progresso, à inclusão, à civilização. E, com isso, a história nacional se tor-

na, nesse revisionismo conservador e elitista, um permanente progresso de civilização, de humanização e de desenvolvimento em que negros e indígenas são embranquecidos e trazidos da selva para a humanidade, da perdição para Jesus. Veja-se, portanto, que a disputa pelo passado, pela memória e pela história nacionais é fundamental ao ponto de nossas próprias elites assumirem isso como seu ponto de luta mais básico, como sua intenção mais fundamental em termos de colonização hegemônica das instituições políticas e da cultura nacional. Por isso mesmo, é imperioso que nossas minorias político-culturais continuem sua batalha ampla e pungente em torno à reconstrução da memória, à redefinição da história e à reformulação de nosso passado a partir de seu testemunho vivo e de seu ativismo político direto. É uma luta que não pode parar, que não vai parar, porque o que está em jogo é exatamente o tipo de projeto de futuro a ser construído hoje, no presente, e, como consequência, quais sujeitos sociopolíticos têm legitimidade para propor, justificar e assumir a condução e a implantação desse projeto de futuro. A luta é hoje, no presente, mas sua base é exatamente o passado, a memória e a história nacionais. Ora, essa memória, essa história e esse passado nacionais somente podem ser abarcados, explicitados e assumidos como um todo, em sua condição, em suas contradições e em suas potencialidades, por meio das experiências e do lugar de fala das minorias político-culturais, com seus relatos da colonização como violência simbólico-material, com sua continuidade que demonstra o problemático que é, ontem e hoje, e o problemático que será, no amanhã, a manutenção dessa condição de marginalização, de exclusão e de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PELA VISIBILIZAÇÃO E PELO ATIVISMO DAS MINORIAS POLÍTICO-CULTURAIS

Ao longo do texto, argumentamos que a correlação de modernização-colonização, eurocentrismo-colonialismo é o ponto fundamental para entendermos a construção de minorias político-culturais a partir da racialização biológica das diferenças de cor, de gênero e de sexualidade; e de que essa naturalização das diferenças e, portanto, sua consequente despolitização da desigualdade têm um claro sentido de justificação da colonização por meio da inversão de sua (da colonização) lógica básica, a saber, de invasão, de usurpação, de roubo e de assassinato, ela se torna vocação e missão civilizacionais, humanistas, de modo que também o colono deixa de ser um invasor, um usurpador, um ladrão e um assassino para se transformar em um desbravador, em um empreendedor que traz o progresso onde só há mato, que traz humanidade onde só há bicho, que traz a moralidade onde só há instintos selvagens, que traz a luz onde apenas existe escuridão, trevas. Nesse sentido, o eurocentrismo-colonialismo precisa produzir menoridade e negatividade



relativamente ao colonizado como sua justificativa político-normativa e como seu instrumento catártico, isto é, como forma de despolitizar a colonização enquanto violência simbólico-material e como perspectiva cognitivo-psicológica que libera a consciência do colonizador de qualquer culpa pelo massacre, mas também de qualquer refreamento, de qualquer moderação e de qualquer sensibilidade frente aos massacres vindouros, que se seguirão à violência original. Por isso, a cultura colonizada não se vê e não se autocompreende como uma perspectiva societal violenta e injusta, mas como uma base civilizacional que deve resgatar o irmão menor – ela que é universal, superior evolutivamente falando; e a consciência do colonizador não apenas se libera da culpa por aqueles que já matou, mas também está tranquila de que poderá matar mais, se necessário (e sempre é necessário, afinal os sujeitos menores rebelam-se permanentemente contra a ordem colonial ou, para usar a linguagem do colonizador, são indolentes, preguiçosos e traiçoeiros, como animais selvagens). Ora, a consequência básica dessa naturalização e despolitização da colonização e do colonizador, que leva a essa vocação civilizacional, humanista, missionária e messiânica deles, está em que é necessário, para o colonizador, monopolizar a memória, o passado e a história nacionais como forma de efetivamente garantir seja essa naturalização e essa despolitização da colonização, do eurocentrismo-colonialismo, seja a continuidade e a permanência de processos coloniais de produção de minoridade e de negatividade, que permanecem, latentes e/ou explícitos, de modo direto na evolução de nossa sociedade e que são sempre negados, invisibilizados e deslegitimados como uma interpretação forçada e como uma mistificação ideológica de grupos contrários à civilização, ao progresso e ao desenvolvimento que é a colonização. Na monopolização da memória, do passado e da história da colonização pelo colonizador, a violência, se ocorreu, está superada, é um elemento do passado longínquo e, principalmente, não foi a tônica da colonização, não foi sua característica e seu caminho basilares; a característica, o princípio e o caminho basilares da colonização foram exatamente a fusão racial, que forma o híbrido brasileiro, o qual é e tem tudo de todos, é e tem em sua estrutura genética e em seu ser cultural todas as raças matriciais e todas aquelas que gradativamente chegam até nós para contribuir com nosso progresso e nosso desenvolvimento (menos, evidentemente, o indígena e o negro, que atrapalham, que prejudicam, e que precisam ser branqueados ou extintos). Assim, com a monopolização da memória, do passado e da história pelo colonizador, que a despolitiza ao naturalizá-la, temos, como fundamento da evolução de nossa sociedade, a produção da grande família Brasil, totalmente amalgamada, integrada e pacificada de modo absoluto, sem contradições e conflitos internos, ordeira e unificada de modo verticalizado, patriarcal e heterossexual. Como consequência, pode-se, em negando-se as fraturas, as contradições e a violência simbólico-material que demarcam o movimento colonizatório e a atitude do colonizador frente a indígenas e negros, invisibilizar-se a produção permanente e aguda

de menoridade, de negatividade e de subalternização e, ao contrário, afirmar-se esse esforço civilizacional, humanista e desenvolvimental do desbravador como uma tarefa moralizante, educativa e orientadora que objetiva branquear o negro e o indígena, retirando-os da selvageria e integrando-os à sociedade e à cultura esclarecidas. Nesse sentido, mais uma vez, tal justificação normativa, calcada nessa estilização da memória, do passado e da história da colonização, permite inverter-se a lógica da colonização e a relação entre colonizador e colonizado, isto é, os invasores, ladrões e assassinos se tornam um processo de civilização, destemidos e abnegados desbravadores e guias e juízes da cultura relativamente aos grupos-indivíduos menores; e os indígenas e os negros se transformam, de menores e de negatividades que são, em algozes, em bandidos, em decaídos moralmente, em assassinos e ladrões, em inimigos do progresso e do desenvolvimento. Invisibiliza-se a violência colonial, o colonizador como violência e os grupos-sujeitos violentados, visibiliza-se um mito fundador e uma autocompreensão normativo-cultural totalmente caricatos, falsos, que naturalizam e despolitizam a violência contra as minorias, ou melhor, que justificam a violência contra as minorias como uma tarefa civilizadora e humanista, embranquecedora, europeizante, e, concomitantemente, o silenciamento, a exclusão e o privatismo dessas mesmas minorias, que são afastadas da esfera pública, dos olhos, dos ouvidos e do contato com esse protótipo modelar que é o colonizador branco, cristão, heterossexual e empreendedor.

É nesse aspecto que a visibilização das e pelas minorias político-culturais, em termos de aparecimento e de enraizamento da esfera pública, em termos de ativismo, militância e engajamento político-culturais em torno à sua condição e à sua causa, instaura uma perspectiva contra-hegemônica de disputa pela memória, pelo passado e pela história, em que essa estilização massificada, unidimensional, naturalizada e despolitizada da identidade nacional construída pelo colonizador é enquadrada a partir da pluralização dos sujeitos, das histórias, das experiências e dos relatos de marginalização, de exclusão e de violência vividas e sofridas pelas minorias político-culturais, *como produto mais fundamental da colonização*, como sua atitude e seu valor básicos em termos de contato e de desenvolvimento do eurocentrismo-colonialismo. As minorias político-culturais nos falam exatamente em caráter autoral, experiencial, mnemônico e autobiográfico da negatividade e da menoridade que são, que lhes foram impostas, e da consequente violência simbólico-material que produz essas mesmas minorias. Ao fazerem isso, elas enquadram o mito da fusão e da cordialidade raciais e explicitam o racismo biológico que preside, que determina o contato entre colonizador e colonizado e, a partir daqui, a constituição e o desenvolvimento de nossa sociedade. As minorias permitem correlatamente, portanto, entender o tipo e o caminho do contato, isto é, a violência simbólico-material produtora de menoridade e de negatividade, e o caminho constitutivo-evolutivo e o princípio estruturante da constituição da sociedade brasileira, que é

novamente a produção e a reprodução de minorias político-culturais por meio de violência simbólico-material intensificada. Elas, nesse sentido, imbricam passado e presente, história e política, memória e ativismo de modo dinâmico e reflexivo, possibilitando uma crítica do presente que se escora, como dissemos, no desvelamento, na visibilização e na desnaturalização de nossos mitos fundacionais, do caráter fantasioso e mentiroso da história nacional produzida pelo colonizador branco. Nesse sentido, as minorias político-culturais representam a condição, o valor e o sujeito fundamentais para a efetiva democratização de nossa sociedade, para o enquadramento de nossa modernização conservadora que tem no racismo biológico a sua base, a sua dinâmica e o seu princípio constituintes. E, além disso, as minorias político-culturais potencializam a maturação de nossa democracia exatamente por desnaturalizarem-na e, assim, por politizarem-na, isto é, por instituírem em termos teórico-práticos uma luta contra-hegemônica acerca da memória, do passado e da história, em que somos confrontados com nossos mitos, com nossos interditos, com nossos silêncios que, em sendo mantidos como um tabu social e em ficando latentes em termos de nossa socialização nacional, justificam diretamente a continuidade do racismo, a naturalização das desigualdades sociais, a despolitização do autoritarismo e, assim, a reprodução das minorias político-culturais como negatividade e menoridade que continuam legitimando o colonizador branco, hoje transplantado na figura do fazendeiro empreendedor, do missionário neopentecostal, da escola sem partido e da política não-ideológica. A disputa pela memória, pela história e pelo passado é, assim, o grande desafio democrático que temos e que somos como sociedade que quer democratizar-se, e para isso as minorias político-culturais, com seu lugar de fala, com sua voz-*práxis* direta, carnal, vinculada, política e politizante, marcada por uma perspectiva autoral, autobiográfica, testemunhal e mnemônica, representam, como dissemos acima, sujeitos, condições, histórias, práticas e valores inultrapassáveis. Sua visibilização e seu ativismo públicos, políticos e culturais se tornam condição não apenas para a sua sobrevivência, como nos disse acima Jaider Esbell, mas também para a crítica, a reflexividade e a transformação ampla das condições deficitárias de nossa modernização conservadora, mormente o racismo cultural, o autoritarismo político e a desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- DARWIN, Charles. *A origem do homem e a seleção sexual*. São Paulo: Hemus, 1974.
- DUSSEL, Enrique. *1492, o encobrimento do outro*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora da UFBA, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo* (Vol. I): racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.
- HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outros: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002b.
- HEGEL, G. W. F. *A razão na história*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- KRENAK, Ailton. *Encontros*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2015.
- MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Luanda: Edições Mulemba, 2014a.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014b.
- MEMMI, Aimé. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- MIGNOLO, Walter. “Colonialidade”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, nº. 94, p. 01-18.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad y Modernidad/Racionalidade”, *Perú Indígena*, vol. 13, nº. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, p. 125-142. In: CLACSO (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO Editora, 2005.
- SCHELER, Max. *A diferença essencial entre o homem e o animal*. Lisboa: Lusofia, 2008.
- WEBER, Max. *Ensayos de sociología de la religión* (T. I). Madrid: Taurus, 1984.
- WERÁ JECUPÉ, Kaká. *Ore Awé Roiru’a Ma: todas as vezes que dissemos adeus*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

Sobre os autores:**Fernando Danner**

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Professor do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça - DHJUS/UNIR. Área de atuação: filosofia política contemporânea; direitos humanos; teorias da democracia; filosofia do direito; filosofia francesa contemporânea.

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, RO, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4953604331184258> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2461-4819>

E-mail: fernando.danner@gmail.com

Leno Francisco Danner

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Áreas de interesse: filosofia política contemporânea; teoria do direitos humanos; filosofia do direito; teoria social.

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, RO, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1932068015929218> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2332-3182>

E-mail: leno_danner@yahoo.com.br

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.